



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"GABINETE DO DEPUTADO NABOR WANDERLEY"

PROJETO DE LEI Nº 2.154 /2020

Dispõe sobre a proibição da publicidade de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças, em todo meio de comunicação e mídia no estado da Paraíba.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º É vedada a publicidade de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos atinentes a diversidade sexual relacionados a crianças no Estado da Paraíba, em qualquer meio de comunicação e mídia.

Art. 2º As infrações ao disposto nesta Lei implicarão aos infratores as penalidades de multa e fechamento do estabelecimento, sem prejuízo das implicações cíveis e penais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 12 de setembro de 2020.


Nabor Wanderley
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente Projeto de Lei é proibir a publicidade através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado da Paraíba.

Considerando que o uso indiscriminado deste tipo de divulgação traria real desconforto emocional a inúmeras famílias além de estabelecer prática não adequada a crianças que ainda, sequer possuem, em razão da questão de aprimoramento da leitura (5 a 10 anos), capacidade de discernimento de tais questionamentos.

Há que se ressaltar, ainda, que em vários países a divulgação de qualquer material no sentido do que estabelece este projeto de lei vem sofrendo sérias e adequadas restrições a fim de impedir desconfortos sociais e atribulações de inúmeras famílias e situações evitando, tanto a possibilidade, quanto a inadequada influência na formação de jovens e crianças.

Portanto, é nossa intenção limitar a veiculação da publicidade que incentive o consumidor do nosso Estado a práticas danosas, sem interferir na competência Legislativa exclusiva da União, no que diz respeito à propaganda comercial, que, de caráter geral, não impede que o Estado legisle a respeito de assuntos específicos, como é o caso deste Projeto de Lei.

Pelas razões expostas e pela relevância e teor da matéria em comento, apelamos aos pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2020.


Nabor Wanderley
Deputado Estadual